

## PROTOCOLO

Entre:

EP - Estradas de Portugal, E.P.E. com sede na Praça da Portagem, 2809 – 013 Almada, pessoa colectiva nº 504598686, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o nº 653/050203, com o capital estatutário de €200.000.000.00, representada neste acto pelo Senhor Engenheiro António Carlos Laranjo da Silva, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, adiante abreviadamente designada por EP;

e

Instituto Geográfico Português, com sede na Rua Artilharia Um, nº107, 1099-052 Lisboa, pessoa colectiva de direito público com o nº 506132307, representada neste acto pelo Senhor Coronel Engenheiro Arménio dos Santos Castanheira, na qualidade de Presidente do Conselho de Direcção, adiante abreviadamente designada por IGP.

Considerando que:

- a) A EP tem como atribuições assegurar a concepção, a construção, a conservação e a exploração da rede rodoviária nacional, e manter actualizado o cadastro do domínio público rodoviário;
- b) A EP para manter actualizado o cadastro do domínio público procede ao levantamento dos eixos de via correspondentes à rede de estradas constante do Plano Rodoviário Nacional “PRN” que consta do Decreto-Lei nº 222/98 de 17 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho e pelo Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de Agosto;
- c) A EP deve assegurar a participação e colaboração com outras instituições nacionais e internacionais no âmbito das suas competências;
- d) A EP é a nível nacional, maior entidade expropriante com intervenção directa ao nível da propriedade privada;

- e) O IGP é a autoridade nacional de cartografia, produtor de informação geográfica oficial, coordenador do sistema nacional de informação geográfica, e promotor da sociedade de informação;
- f) O IGP promove, em coordenação com outras entidades públicas, a produção de cartografia oficial de interesse regional e nacional;
- g) O IGP promove a execução, renovação e conservação do cadastro, em articulação com outras entidades competentes.

É celebrado o presente protocolo de colaboração entre as duas instituições supra identificadas, para que cada uma delas utilize informação geográfica que a outra produz ou tenha disponível, nos termos das cláusulas seguintes:

1ª

Constitui objecto deste protocolo a colaboração e cessão de informação geográfica entre a EP e o IGP tendo em vista a concertação e articulação de trabalhos conducentes à integração e actualização de dados geográficos.

2ª

A EP cede ao IGP a seguinte informação:

- a) Os eixos de via correspondentes à rede de estradas constante do PRN, com as sucessivas actualizações, obtidos por recurso a técnicas de posicionamento GPS em modo RTK, *Real Time Kinematic*;
- b) As plantas parcelares e outros elementos identificadores dos prédios abrangidos pelos processos expropriativos inerentes à construção de uma infra-estrutura rodoviária, bem como informação sobre os proprietários ou titulares de propriedade que tenham sido reconhecidos no decurso do processo expropriativo.

3ª

O IGP cede ou permite o acesso à EP, num primeiro momento, da seguinte informação:

- a) Uma faixa de ortofotomapas, com as sucessivas actualizações, com cerca de 500 metros centrada no eixo das estradas constantes do PRN;
- b) A cedência de secções cadastrais em formato *raster tiff* para consulta e utilização da informação em formato digital referente às secções cadastrais, para trabalhos internos de georreferenciação de plantas parcelares, ou para esclarecimento de dúvidas de identificação dos limites de parcelas;
- c) O acesso à identificação dos proprietários de bens imóveis abrangidos por processos expropriativos.

4ª

1 – A EP e o IGP comprometem-se a disponibilizar mutuamente outra informação geográfica que eventualmente venham a produzir no âmbito das suas actividades e se revele de interesse para alguma das instituições.

2 – A disponibilização a que se reporta o número anterior será estabelecida por aditamento ao presente protocolo.

5ª

Para facilitar a integração dos dados de cadastro geométrico das duas instituições, a EP passará a utilizar, na execução das plantas parcelares necessárias ao desenvolvimento das actividades inerentes aos processos expropriativos, as especificações técnicas adoptadas pelo IGP para a identificação, delimitação e representação geométrica dos prédios/parcelas.

6ª

A EP e o IGP diligenciarão no sentido de:

- a) Assegurar que sejam satisfeitos em tempo útil, os pedidos que provenham de cada uma das Instituições;
- b) Prestar informalmente os esclarecimentos que cada uma das Instituições necessite;



c) Promover outros tipos de colaboração entre as Instituições sempre que se julgue de utilidade para ambas.

7ª

1 - As entidades outorgantes do presente protocolo comprometem-se a articular a melhor forma de proceder à actualização cadastral dos prédios abrangidos por expropriação.

2 - A concretização dessa actualização levará em conta a intervenção da EP sobre os prédios, no que se refere à sua afectação ao domínio público (total ou parcialmente) e à eventual integração no património autónomo de alguma parte ou da totalidade das parcelas expropriadas.

3 - Para o efeito, o IGP compromete-se a estabelecer um preçário aplicável à especificidade das intervenções referidas nos números anteriores e ao fornecimento de elementos pela EP que contribuam para a actualização cadastral.

8ª

A fim de facilitar a exequibilidade do presente protocolo, a EP designa o Gabinete de Património como unidade orgânica que internamente será a interlocutora do IGP.

9ª

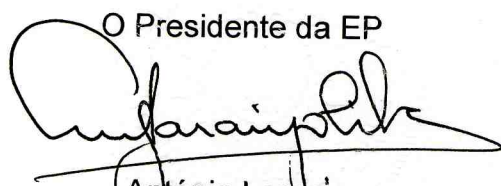
Todas as comunicações e correspondência entre as partes deverão ser endereçadas para as moradas indicadas no início deste protocolo, salvo comunicação de um novo endereço.


10ª

O presente protocolo vigorará enquanto as partes assim o entenderem, cessando por comunicação de uma delas, mediante carta registada com aviso de recepção.

O presente protocolo foi objecto de aprovação, em reunião do Conselho de Administração da EP N° 74/22/2006 de 1 de Junho

Feito em 28 de Junho de 2006, em dois exemplares, ficando um em poder de ambas as partes.

O Presidente da EP  
  
António Laranjo

O Presidente do IGP  
  
Arménio Castanheira